



Inclusão no ensino superior: processo, barreiras e ações em um curso de Turismo

Camila Teixeira Heleno¹
Thais Peixoto Gaiad²
Lisandra Machado Goularte³
Ana Flávia Andrade de Figueiredo⁴

Submissão em: 12 mar. 2024

Aceite em: 17 jun. 2024

Resumo: Ainda que a inclusão no ensino superior tenha caminhado nas últimas décadas há ainda muito que se desenvolver em sua efetivação. O objetivo é relatar a experiência de inclusão de um discente com paralisia cerebral em um curso de turismo de uma universidade pública brasileira. Foi mobilizada uma equipe de trabalho com docentes e discentes do curso de Turismo e de Fisioterapia, além do apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da instituição e da direção da unidade acadêmica para promoção da inclusão do discente. Foram realizadas reuniões, monitoria especial de acompanhamento à pessoa com deficiência e palestras de sensibilização junto à comunidade acadêmica sobre a temática. Houve remoção de barreiras à inclusão, como algumas barreiras à acessibilidade relacionadas ao ônibus, barreiras atitudinais docentes e em relação ao prazo de integralização do curso. Outras barreiras tiveram resolução parcial, como barreiras à acessibilidade relacionadas a realização de visitas técnicas, arquitetônicas (mobiliário), à comunicação e atitudinais discentes. No entanto, algumas barreiras permanecem não resolvidas, como acesso a outro espaço de aulas do curso e os possíveis obstáculos enfrentados devido às características da paralisia cerebral. Contatamos a superação e/ou minimização de barreiras indicando que houve avanços no processo de inclusão.

Palavras-chave: inclusão; barreiras à inclusão; educação inclusiva; ensino superior; turismo.

Inclusión en la enseñanza superior: proceso, barreras y acciones en un curso de Turismo

Resumen: La inclusión en la educación superior ha avanzado en las últimas décadas, pero aún queda mucho por avanzar en su implementación eficaz. El objetivo es relatar la experiencia de inclusión de un estudiante con parálisis cerebral en un curso de turismo en una universidad pública brasileña. Se movilizó un equipo de trabajo con docentes y estudiantes de las carreras de Turismo y Fisioterapia, además del apoyo del Centro de Accesibilidad e Inclusión de la institución y la dirección de la unidad académica para promover la inclusión estudiantil. Se realizaron reuniones, seguimiento especial a personas con discapacidad y charlas de sensibilización con la comunidad académica sobre el tema. Se eliminaron barreras a la inclusión, como algunas barreras de accesibilidad relacionadas con el autobús, barreras actitudinales de los docentes y en relación con la fecha límite para completar el curso. Otras barreras tuvieron resolución parcial, como las barreras de accesibilidad relacionadas con visitas técnicas, arquitectónicas (mobiliario), comunicación y actitudes de los estudiantes. Sin embargo, quedan algunas barreras sin resolver, como el acceso a otro espacio de clase del curso y posibles obstáculos enfrentados debido a las características de la parálisis cerebral. Se contactó con la superación y/o minimización de barreras indicando que se había avanzado en el proceso de inclusión.

¹ Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Endereço eletrônico: camila.heleno@ufvjm.edu.br Orcid: 0000-0002-3203-0648 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4396875037220514>

² Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Endereço eletrônico: thais.gaiad@ufvjm.edu.br Orcid: 0000-0002-4688-330X Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5310768544541654>

³ Fisioterapeuta pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Endereço eletrônico: lisandra.goularte@ufvjm.edu.br Orcid: 0000-0000-0000-0000 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1159450699691379>

⁴ Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Endereço eletrônico: ana.figueiredo@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3631-7854> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1377011399174025>

Palabras-clave: inclusão; barreiras a la inclusão; educación inclusiva; enseñanza superior; turismo.

Introdução

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2022), 18,6 milhões das pessoas com dois anos ou mais tinham algum tipo de deficiência, correspondendo a 8,9% da população brasileira. Em relação à educação, a proporção de pessoas com deficiência que conclui qualquer nível de ensino é consideravelmente menor que as pessoas sem deficiência, sendo de apenas 25,6% no ensino médio (57,3% dos sem deficiência), e apenas 7,0% no ensino superior (20,9% dos sem deficiência) (IBGE, 2022).

Segundo a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis [...]. (MEC/SEESP, 2008, p.1)

Portanto, trata-se de um paradigma que orienta ações não unilaterais e concebidas pela ótica de uma inclusão complexa, que reúne diferentes frentes de trabalho, especialidades, e toda a comunidade envolvida. Ao contrário do conceito de integração que era utilizado no passado, a inclusão vai além, pois, especialmente se alicerça, como é afirmativo na política nacional citada acima, na conjunção da “igualdade e diferença como valores indissociáveis”. A noção de integrar não dá conta do pleno desenvolvimento da Pessoa/Estudante/Discente público da Educação Especial, por isto a inclusão ser tão desafiadora.

A Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 (Brasil, 2015) que institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Art.27).

Neste sentido, faz-se necessária a responsabilização sobre a valorização das potencialidades dos estudantes com necessidades especiais, oferecendo-lhe os meios para que possam desenvolvê-las de forma digna, concreta. O discurso de que a inclusão é uma utopia, devido a realidade de nossas instituições de ensino ainda estarem engessadas na formação de professores e profissionais servidores, recursos físicos e pedagógicos, deve ser sempre

problematizado, visto resultados de inclusão expressivos para toda a comunidade acadêmica/escolar. Tais relatos precisam ser mais visibilizados e orientadores de ações estruturais que necessitam de articulações institucionalizadas.

No mesmo artigo, em seu parágrafo único, a referida Lei determina que “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 2015, Art.27).

Nesse relato de experiência, observamos que vários desafios, barreiras e obstáculos se apresentam para a inclusão na realidade do ensino superior em geral, e na universidade em que ocorreu a experiência, em específico. No sentido de construir caminhos, conhecer as especificidades dos casos, registrar ações e buscar a superação de obstáculos e barreiras, redigimos esse trabalho com objetivo de relatar a experiência de inclusão de um discente com paralisia cerebral⁵ em um curso de turismo de uma universidade pública brasileira.

Paralisia cerebral

A Paralisia Cerebral (PC) é uma condição classificada como uma encefalopatia crônica não progressiva da infância, referente a um grupo heterogêneo de distúrbios do movimento e da postura, que são permanentes, mas não progressivos, devido a uma lesão do cérebro fetal ou infantil que ainda se encontra em desenvolvimento (Schmidt, Gerzson, & Almeida, 2020). Pode ser classificada por dois critérios: pelo tipo de disfunção motora; quadro clínico que inclui os tipos espástico, extrapira-midal (atetóide, coreico e distônico), hipotônico, atáxico e misto; e, pela topografia da lesão em tetraparesia, diparesia e hemiparesia, que, diz respeito ao comprometimento dos quatro membros, sendo os membros inferiores mais comprometidos que membros superiores e um hemicorpo mais afetado que o outro (Golin & Gomes, 2013).

É comum que o indivíduo com PC apresente características como perturbações da sensação, alterações cognitivas, da percepção, da comunicação e do comportamento. Assim, este se diferencia em várias características de uma pessoa com desenvolvimento típico, sendo necessário que as possibilidades de vivências, em especial ambientais e sociais, sejam modificadas por meio de facilitadores para promover uma melhor qualidade de vida (Stevenson & Wimalasundera, 2016).

⁵ A entrada do discente na Universidade ocorreu por meio do Sistema de Cotas em 2020.

Metodologia

Para promoção da inclusão de um discente com PC no curso de Turismo de uma universidade pública federal foi proposta pela coordenação e solicitada à Pro-Reitoria de Graduação, com apoio da Divisão de Assuntos Acadêmicos e da diretoria da unidade acadêmica, a criação de uma monitoria especial de acompanhamento para Pessoa/Estudante/Discente público da Educação Especial aberta para um(a) estudante do curso de Fisioterapia sob supervisão de uma docente do curso de Turismo com formação em Psicologia e com a colaboração de uma docente do curso de Fisioterapia. Para acompanhamento do processo de inclusão foi mobilizada uma equipe de trabalho com a participação da coordenadora do curso de turismo, uma professora do curso de turismo com formação em psicologia, uma professora e uma estudante do curso de fisioterapia, uma servidora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI) da universidade e o discente motivador das ações. Este relato compreende a experiência dos semestres 2022/1 e 2022/2, que, por conta da pandemia da Covid-19, foram realizados entre abril de 2022 e fevereiro de 2023.

No primeiro semestre (2022/1), a monitoria especial acompanhou o discente por quatro dias da semana, dada as restrições de carga horária da modalidade monitoria, com supervisão semanal. No segundo semestre (2022/2), foi contratado pelo NACI, um profissional de apoio que passou a fazer o acompanhamento do discente quatro noites (horário de estudo do mesmo) por semana e a monitoria passou a ser virtual em três dias da semana e presencial em uma noite da semana.

A equipe de trabalho se reuniu em cinco momentos: 1º para compartilhamento de informações a respeito do caso; 2º e 3º para acompanhamento das ações; 4º para estudar adaptações necessárias para viabilizar a realização das visitas técnicas; 5º para análise e sugestões de adaptações que pudessem ser solicitadas ao NACI, dentro da sala de aula para o discente (cadeira, encosto para os pés etc.). A direção da unidade acadêmica foi informada sistematicamente a cada demanda/dificuldade, e recebeu um relato de inclusão ao final de cada semestre da ação.

Ao longo do processo, foram realizadas duas palestras abordando a inclusão na educação e no mercado de trabalho e a neurodiversidade por docentes especialistas das temáticas ministradas a todos os discentes e docentes do curso de Turismo. A coordenação do curso manteve os demais docentes informados sobre o andamento do caso e pautou em colegiado as demandas que surgiram no processo.

Resultados

Foram identificadas 10 situações que se constituíam barreiras à inclusão que foram descritas, assim como as ações realizadas para solucioná-las e/ou minimizá-las que serão apresentadas na sequência.

1) Aspecto Identificado: Barreiras à acessibilidade I

Descrição: O campus da universidade, ainda que tenha acessibilidade dentro dos prédios, apresenta barreiras à acessibilidade identificadas nas áreas externas (como ruas com calçamento irregular, meios fios sem rebaixamento e distância da portaria do campus até o prédio de aulas) dificultando a chegada aos prédios. Na área interna do campus, foi observado que alguns elevadores não funcionam, em sala de aula não possui cadeira adaptada para Pessoa/Estudante/Discente público da Educação Especial, deixando a desejar em questão de acessibilidade e segurança.

Ações 1/2022: Abertura de monitoria especial para discente do curso de Fisioterapia para acompanhamento do discente. A monitoria foi realizada no semestre 2022/1 junto à disciplina Psicologia do Turismo, sob supervisão de docente do curso de turismo com formação em Psicologia e colaboração de uma docente do curso de Fisioterapia. A monitoria teve como objetivo levantar as demandas relacionadas com as limitações da mobilidade nos ambientes externos e na sala de aula, como avaliação dos assentos e mesa, além das limitações de comunicação, por meio da gravação e estímulo à digitação. Outra ação foi a solicitação, aprovada junto ao colegiado do curso, de que todas as disciplinas do curso de Turismo fossem realizadas no primeiro andar do pavilhão de aulas.

Ações 2/2022: Recondução da monitora, discente do curso de Fisioterapia, para acompanhamento do discente. A monitoria teve como objetivo trabalhar, especialmente, as demandas de comunicação, por meio de exercícios e estímulo à digitação e fala, assistência na elaboração e resolução de atividades, no que diz respeito à procura dos conteúdos, de forma que, além do auxílio para realização das ações, o discente fora estimulado a ter autonomia em diferentes aspectos de sua vida acadêmica, principalmente sob a busca de seus direitos. Houve auxílio nas transferências tanto na área externa quanto na área interna do campus. Grande parte das atividades da monitoria foram realizadas virtualmente dada a contratação de profissional de apoio pelo NACI.

Situação Atual: Resolvido parcialmente. Ainda que não tenha modificado a estrutura do campus, a realização da monitoria e, posteriormente, a contratação da profissional de apoio, propiciou maior apoio na transferência e mobilidade. A coordenação do curso de Turismo

seguirá solicitando a reserva de salas no primeiro andar. O NACI contratou profissional de apoio para seguir com essa demanda e optamos por não seguir com a monitoria especial nos semestres futuros. Essa opção baseou-se na análise de que a monitoria se configurava como solução paliativa até que o NACI pudesse acolher a demanda com horário mais estendido. Ainda assim, cabe registrar que houve trocas de profissionais de apoio ao longo do semestre (três ao todo) causando algumas dificuldades visto que a cada nova profissional é preciso aprender como fazer a transferência, ajustar a comunicação, estabelecer vínculos além de horários que ficaram descobertos; essas questões acima não tiveram resolutividade eficaz ao longo do período, causando transtornos e inseguranças no discente. Esperamos que, no futuro, essas questões sejam sanadas minimizando prejuízos ao discente e, recomendamos, que haja um treinamento prévio aos profissionais de apoio que são contratados pela empresa, considerando a condição de saúde do discente que impacta diretamente nas suas demandas e individualidades.

2) Aspecto Identificado: Barreiras à acessibilidade II

Descrição: O ônibus da cidade de origem do discente (distante cerca de 30km da universidade) o deixava na rodovia fazendo com que o mesmo tivesse que atravessá-la, caminhar uma grande distância sob as intempéries do tempo e enfrentando barreiras urbanísticas do campus. Nesse sentido, o campus, ainda que tenha acessibilidade dentro dos prédios, apresenta barreiras à acessibilidade identificadas nas áreas externas, como mencionado anteriormente.

Ações 1/2022: Contato com a direção da unidade acadêmica que buscou a Prefeitura da cidade de origem do discente para intermediar a entrada do ônibus do município no campus.

Ações 2/2022: Não foram necessárias ações adicionais visto que a questão segue sanada.

Situação Atual: Resolvido. Ônibus o deixa dentro do campus, tendo o ponto sido alterado para a porta do pavilhão de aulas no qual são agendadas as aulas do discente.

3) Aspecto Identificado: Barreiras à acessibilidade III – acesso ao Núcleo de Turismo

Descrição: Inacessibilidade ao Núcleo de Turismo, local onde ocorre parte das aulas e atividades do curso de Turismo, localizado no centro da cidade a cerca de 5 km do campus. O ônibus que traz os estudantes tem um porte maior e, por tal motivo, não tem autorização para entrar no centro histórico da cidade. Além disso, o elevador do Núcleo de Turismo não funciona apropriadamente, tendo parado com o discente e com outros usuários em algumas ocasiões.

Ações 1/2022: Em algumas ocasiões, para participação de atividades integrativas do curso, docentes do curso de Turismo se prontificaram a buscar o discente no ponto de parada do ônibus. A coordenação do Núcleo de Turismo solicitou manutenção do elevador e registrou

a barreira em seu relatório. O colegiado do curso determinou que todas as disciplinas cursadas pelo discente ocorram no campus, mas isso tem suscitado outras questões (ver barreiras atitudinais I e II, adiante).

Ações 2/2022: Os docentes do curso de Turismo seguiram buscando e levando o discente até o ponto quando da realização de atividades integrativas do curso. A presença do profissional de apoio facilitou esse processo, ainda que alguns entraves tenham se apresentado, a saber: o profissional de apoio registra o ponto no campus por sistema de geolocalização e a realização das atividades no Núcleo de Turismo deve ser avisada com antecedência para que este avise a empresa contratante da alteração. O elevador do Núcleo de Turismo segue sem manutenção, mas, passou-se a abrir uma porta lateral no prédio, com número reduzido de degraus, para acesso do discente, facilitando sua mobilidade e reduzindo parcialmente os riscos.

Situação Atual: Não resolvido. Ainda que se tenha conseguido maior participação do discente nas atividades do curso que ocorrem no Núcleo de Turismo, nem a questão de um carro pequeno ou outro transporte que o levasse até o espaço foi providenciado nem o elevador recebeu qualquer manutenção nesses semestres.

4) Aspecto Identificado: Barreiras à acessibilidade IV – visitas técnicas

Descrição: O projeto pedagógico do curso de Turismo prevê diversas visitas técnicas à empreendimentos, localidades e comunidades. O discente apresenta mobilidade reduzida e não estava participando das visitas técnicas.

Ações 1/2022: Foi solicitado junto ao NACI a aquisição de uma cadeira Julietti⁶. O colegiado do curso aprovou a recomendação de que todos os docentes que tiverem visitas técnicas nas disciplinas nas quais o discente estiver matriculado deverão procurá-lo no início do semestre para avaliar as possibilidades de adaptação das visitas técnicas previstas (como alteração de dia para acompanhamento de um familiar, alteração de localidade etc.). Também foi aprovada a solicitação de uma monitoria especial de discente do curso de Educação Física no próximo semestre (2022/2 e 2023/1) para seguir com o acompanhamento do discente, o que não substitui o profissional de apoio a ser contratado pelo NACI. Ainda que não se constitua uma visita técnica, o discente participou de um roteiro turístico pela cidade durante a Semana de Integração do Turismo, transportado em automóvel por uma docente com apoio da monitora.

Ações 1/2022: Foi realizada reunião com a participação do NACI, supervisora de monitoria, monitora e o discente para investigar as demandas para participação nas visitas

⁶ Cadeira de rodas adaptada para transporte em trilhas e prática de montanhismo. Para mais informações acessar: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2021/03/19/cadeira-julietti-representa-historia-de-superacao-forca-e-amor-ao-proximo.ghtml>

técnicas. Uma das visitas foi viabilizada com adaptações razoáveis, a saber, disponibilização de uma cama no lugar de colchão e suporte da docente responsável e dos discentes participantes da visita técnica à uma Aldeia Indígena. Para viabilização da outra visita técnica era necessária a cadeira Julietti que se encontra em processo de licitação, conforme informações do NACI. A docente da disciplina levantou a possibilidade de pegar uma cadeira emprestada, o que foi providenciado pelo NACI. No entanto, a participação do discente na visita técnica não ocorreu devido à proximidade das duas visitas e o esforço/cansaço do discente para participação de ambas.

Situação Atual: Parcialmente resolvido. O NACI informou que a compra da cadeira adaptada está em processo de licitação⁷. A visita técnica à aldeia constitui um passo importante rumo à inclusão efetiva do discente. Os ganhos em termos de conhecimento, autoestima e de superação de barreiras atitudinais, com a participação ativa de outros discentes do curso, indicam uma importante evolução no processo de inclusão do discente. Cabe sinalizar que a visita ocorreu sem a presença da monitora ou da profissional de apoio, por conta de disponibilidade e de inflexibilidade do contrato firmado, respectivamente. Esse ponto se constitui uma barreira a ser sanada em futuros contratos de mesma natureza.

5) Aspecto Identificado: Barreiras arquitetônicas - mobiliário

Descrição: Já havia sido disponibilizada uma mesa especial para atender às necessidades do discente, no entanto, durante a monitoria, foi identificada uma postura corporal inadequada do mesmo durante as aulas, causando fadiga. Além disso, o discente tinha aulas em salas diferentes, fazendo com que os docentes tivessem de transportar a mesa a cada dia da semana.

Ações 1/2022: Foi solicitada outra cadeira (mais adequada) e um suporte de pés. A coordenação entrou em contato com os docentes e alterou a distribuição das salas para que o discente permanecesse na mesma sala, evitando o transporte constante da mesa.

Ações 2/2022: As solicitações do período anterior, citadas acima, continuaram as mesmas, uma vez que, a equipe seguiu à espera da resolutividade. Foi solicitado também que a cadeira de madeira destinada ao discente permanecesse na mesma sala que ocorria suas aulas, pois, nem sempre, a mesma permanecia no local.

Situação Atual: Parcialmente resolvido. Todas as aulas do discente passaram a ocorrer na mesma sala. A cadeira foi providenciada pelo NACI, mas o suporte de pés ainda não foi providenciado.

⁷ Atualização: após construção desse relato e em momento anterior à sua publicação, foi adquirida na instituição a cadeira Julietti, que permitirá a inclusão do discentes nas visitas técnicas do curso de Turismo, com terreno irregular, desde que haja apoio dos colegas (são necessárias duas pessoas para mobilidade).

6) Aspecto Identificado: Barreiras à comunicação

Descrição: A partir de relato dos docentes do curso de Turismo e do acompanhamento da monitoria foi identificado barreiras à comunicação do discente por via oral e escrita.

Ações 1/2022: Um computador e um gravador foram emprestados pelo NACI para facilitar a comunicação. Foi realizada uma avaliação da digitação e escrita do discente pela monitora, sob supervisão. Após análise da escrita e digitação, optou-se por focar a segunda. O discente foi estimulado na monitoria a escrever mais e-mails, gravar as atividades para depois transcrever os textos como forma de estudo, exercitando a digitação e promovendo uma maior expressividade.

Ações 2/2022: Em relação as avaliações, o NACI, a partir das reuniões conjuntas, passou a recomendar que, além das avaliações de múltipla escolha, o discente passasse a apresentar seminários de forma oral. O discente, a partir do trabalho junto à monitoria, passou a escrever sobre diversas questões para o NACI, para a coordenação e para docentes que ministravam as disciplinas que ele estava matriculado nesse semestre solicitando, por exemplo, adaptações nas avaliações e manifestando seu interesse em participar das visitas técnicas.

Situação Atual: Parcialmente resolvido. O computador emprestado pelo NACI parou de funcionar no final do semestre. Sem manutenção do mesmo, não houve retorno de posse para o discente. O gravador emprestado apresentou defeito e não chegou a funcionar e um segundo gravador emprestado também não funcionou. A comunicação do discente com o NACI, coordenação e docentes do curso ainda precisa ser aperfeiçoada para que não ocorra mal-entendidos, como o ocorrido a respeito de sua não participação na segunda visita técnica do curso que não foi devidamente comunicada aos envolvidos.

7) Aspecto Identificado: Obstáculos cognitivos

Descrição: docentes do curso de Turismo têm percebido dificuldades cognitivas no discente, além das motoras que são informadas pelo NACI no início dos semestres.

Ações 1/2022: Foi solicitado que o NACI buscasse uma avaliação cognitiva do discente. O NACI emprestou um gravador para que o discente pudesse gravar as aulas. O colegiado do curso aprovou que fosse recomendado ao discente realizar menos disciplinas por semestre (o que foi realizado pela coordenação). Também foi aprovada a solicitação de uma monitoria especial (sem necessariamente estar vinculada a uma disciplina do curso) de discente do curso de Pedagogia ou Turismo no próximo semestre (2023/1) para seguir com o acompanhamento do discente, o que não substitui o profissional de apoio.

Ações 2/2022: A monitora tem desenvolvido um trabalho de comunicação e de estudos com o discente por meio virtual, de acordo com a avaliação das suas demandas. Um profissional

de apoio foi contratado e tem realizado a função de copista, facilitando o registro das notas de aula. Foi solicitado aos docentes a disponibilização dos materiais de aula para facilitar o estudo das mesmas. Após retorno do NACI acerca de profissional na cidade para realização da avaliação cognitiva do discente optamos (NACI e supervisora) por buscar uma avaliação externa. A supervisora da monitoria, entrou em contato com o curso de Psicologia de outra universidade federal e conseguiu incluí-lo para avaliação em um projeto de avaliação neuropsicológica das potencialidades de discentes com deficiência.

Situação Atual: Não resolvido. A avaliação cognitiva ainda precisa ser realizada para embasar a elaboração de plano de atendimento educacional especializado. A coordenação do curso de Turismo está em contato com o a família do discente para intermediar as idas à outra cidade, necessárias para a avaliação, com transporte do carro da secretaria de saúde do município no qual o discente reside. A monitora e o profissional de apoio tem exercido a função de copista para que o discente estude em casa por meio das anotações realizadas em sala. No entanto, um gravador com bom funcionamento, que se configura um ajuste razoável, contribuiria para essa questão. Há dificuldades em conseguir que um docente do curso de Turismo se disponibilize (mas também se sinta preparado do ponto de vista do conhecimento prévio acerca dos desafios e necessidades da inclusão) a supervisionar uma monitoria pedagógica especial, promovendo um rodízio na função. Por fim, cabe buscar meios legais para que o discente tenha dilação do prazo de conclusão do curso visto a recomendação de realização de menos disciplinas por semestre.

8) Aspecto Identificado: Prazo de Integralização do Curso

Descrição: Observamos pelo período em que estamos acompanhando o discente, que o discente teria benefícios, do ponto de vista do processo de ensino-aprendizagem, em se matricular em um número menor de disciplinas por semestre. No entanto, uma preocupação que surgiu foi com o tempo exigido pela instituição para integralização de curso: se há previsão legal para o caso.

Ações 1/2022: A coordenação entrará em contato com os órgãos responsáveis da universidade para que possamos inserir este tema nas pautas de reuniões, esperando resolutivas que amparem tais discentes da Educação Especial.

Ações 1/2022: Foi recomendado pela coordenação que o discente realizasse menos disciplinas nesse semestre. Ele reduziu para disciplinas em quatro dias da semana.

Situação Atual: Resolvida. O discente sinalizou que fará disciplinas em apenas três dias nos semestres futuros. Foi identificado em consulta à órgão pertinente que o caso do discente está contemplado em “casos especiais” e, portanto, amparado pela resolução existente. Foi

recomendado à Pró-Reitoria de Graduação especial atenção a dilatações de prazo para integralização de curso nestes casos.

9) Aspecto Identificado: Barreiras atitudinais I - Discentes

Descrição: Os discentes perguntavam para a coordenação quais disciplinas o discente iria cursar para evitar ter aulas no campus alegando que isso aumenta o custo com transporte. O discente também manifestou que gostaria de ter aulas no Núcleo de Turismo para “Não prejudicar os colegas” (sic).

Ações 1/2022: O colegiado do curso optou por trabalhar a inclusão na Semana de Integração do Turismo com palestra sobre o tema. Foram convidadas especialistas da área para tratar a inclusão na educação e no mercado de trabalho. O evento foi realizado, mas sem a participação do discente nem de sua turma, por estarem em outro evento que ocorreu de modo concomitante.

Ações 2/2022: realização de palestra intitulada: “Acessibilidade e deficiência no ensino superior: pensando uma prática acadêmica inclusiva no curso de Turismo” na abertura da Semana de Integração do Curso de Turismo 2022/2. Nossa avaliação é de que a palestra teve muitas manifestações de discentes sobre demandas especiais e neurodiversidade além de grande potencial de sensibilização dos discentes considerando as manifestações dos mesmos e o suporte dos colegas na visita técnica realizada pelo discente alvo da ação.

Situação Atual: Parcialmente resolvido. Considerando que sensibilização é um processo, ações frequentes precisarão ser realizadas para enfrentar as barreiras atitudinais discentes e docentes e promoção da inclusão no curso de turismo.

10) Aspecto Identificado: Barreiras atitudinais II- Docentes

Descrição: uma disciplina foi ministrada no Núcleo de Turismo, apesar do colegiado do curso ter determinado que as disciplinas as quais o discente estivesse matriculado deveriam ser ministradas no campus, por conta das barreiras à acessibilidade presentes no núcleo (ver aspecto 3).

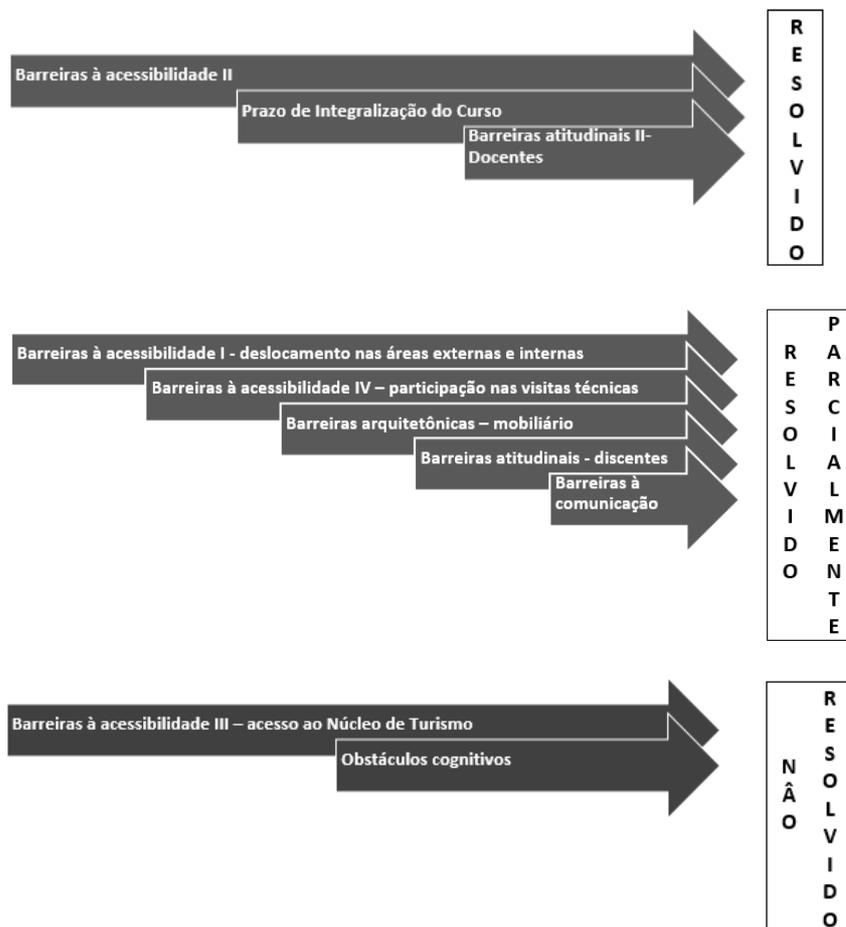
Ações 1/2022: A coordenação entrou em contato duas vezes com a docente responsável pela disciplina para que as aulas fossem realizadas no campus. O que foi apurado é que apenas o último dia de aula aconteceu com apresentação de seminários no referido campus.

Ações 2/2022: Não identificamos obstáculos do tipo nesse semestre e sim um avanço nas atitudes dos docentes com proposições de caminhos para a inclusão, que permitiram a realização da visita técnica, por exemplo.

Situação Atual: Resolvido. Com apoio e sensibilização docente a inclusão do discente ganha importante aliados.

Segue na figura 1 uma síntese das barreiras à inclusão identificadas durante a experiência e a situação atual após as ações da força-tarefa.

Figura 1 – Síntese das barreiras à inclusão identificadas e situação atual



A complexidade que se mostra ao observar uma barreira atitudinal docente, por exemplo, sinaliza que o desafio da inclusão do ensino superior requer

transformações complexas na estrutura e no funcionamento da universidade e conseqüentemente na forma de pensar e de agir dos seus professores. De um modelo de ensino superior que, historicamente, formava futuros profissionais com base na seleção e na competitividade, agora, com a inclusão, propõe-se o acolhimento de todos os alunos, atendendo suas especificidades para aprender, garantindo-lhes a acessibilidade necessária. (Poker, Valentim, Garla, 2018, p.126)

No entanto, é necessário para esse processo de transformação o acompanhamento pelo aparato institucional, com apoio, estrutura, recursos e uma equipe permanente de orientação (Beltrão, Teixeira, & Simas, 2023).

Por fim, ainda que parte das questões tenha sido sanada ou parcialmente sanada, cabe refletir sobre a sorte de barreiras identificadas em um único caso e que, para o enfrentamento dessas, tenha sido composta uma equipe multiprofissional em um grupo de trabalho temporário. Para Moreira, Bolsanello e Seger

uma universidade inclusiva só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado. (2011, p.41).

Cabral (2017) também destaca, a partir de revisão em Bruno (2011), Ferreira (2007) e Poker e Milanez (2015), ainda, a necessidade de formação continuada de professores, adaptação do currículo, assessoria psicopedagógica e produção e adequação de recursos pedagógicos.

Este tripé entre formação de professores (inclusive voltada a perceberem eventos e necessidades em sala de aula que apontem algum tipo de deficiência a ser diagnosticada por profissional capacitado), adaptação de currículo e produção/adequação de recursos pedagógicos, entendemos, são outro grande gargalo de nossas instituições e a escassez de ações estruturais podem gerar o que Martins (1997), retomado por Ferrari e Sekkel (2007, p.643), alerta sobre inclusão marginal travestida de ação afirmativa e democratização do ensino: “os alunos marginalmente incluídos tornam-se dados estatísticos de ingresso, mas permanecem desprovidos de atenção mesmo diante de sucessivas retenções nas disciplinas”. Ou seja, há um novo perfil de universidade pública quanto a entrada de sujeitos por meio de política de cotas, mas sua permanência fica amplamente prejudicada.

A experiência de inclusão

A experiência vivenciada entre monitora e monitorado no período já anteriormente citado, foi marcada por vários pontos importantes. Foi possível acompanhar a mudança do ponto de parada do ônibus, que facilitou a descida e deslocamento até o pavilhão de aulas do discente, sendo perceptível menor cansaço do discente. Mudanças na postura dos docentes para lidarem com o caso e suas demandas, algumas vezes negativamente e outras positivamente, demandando até o atual momento a luta para permanecerem seguindo as orientações passadas pelo NACI, como atividades modificadas para serem de múltipla escolha. O apoio do NACI foi essencial para levantarmos demandas específicas do discente, até o momento as servidoras se

mostram dispostas a ajudarem. Houve um maior empoderamento do discente, frente as questões de comunicação e de busca de direitos. Passamos por modificações e problemas relacionados a uma comunicação eficaz, como a inserção de uma profissional de apoio realizando o trabalho que a monitora já realizava, causando transtornos da não permanência, até que a monitora voltou a sua atuação sendo contratada como apoio pela empresa responsável e o transtorno de mudanças de acompanhantes finalizou. A insegurança de assumir uma responsabilidade sobre outra pessoa com o tempo foi diminuindo e constituindo uma relação sólida entre monitora e monitorado, bem como com a irmã do discente que também esteve presente. Atualmente várias questões foram sanadas, contudo ainda há o que melhorar, como mostrado acima.

Em junho de 2023 fizemos uma visita técnica pela disciplina de Antropologia e Turismo com o discente com PC. Muitos desafios foram enfrentados coletivamente, entre docente, colegas e a própria comunidade que o acolheu de forma muito significativa e especial. Além de toda atenção especial de o recebê-lo na casa da vice cacica, enquanto os demais dormiam em colchões em salas de aula ou acampados no palhoção da Aldeia, tínhamos sempre o cuidado com apoio na locomoção. Enquanto os presentes desciam caminhando para uma vivência no Rio Jequitinhonha, o cacique da Aldeia conseguiu um carro e fez um deslocamento extra para levá-lo. A docente responsável o acompanhou todo esse tempo e foi perceptível que o discente se sentiu acolhido por estar incluído em todas as atividades previstas. Foi um tempo de aprendizado sobre limites, mas também sobre conquistas. Durante uma roda de Toré (ritual indígena sagrado), uma liderança religiosa da Aldeia o acompanhou em especial e, segundo relato oral do discente, foi um dos momentos mais emocionantes que ele havia vivido aquele ano, pois se sentiu de fato partícipe e acolhido de forma muito especial pelos presentes.

Durante a visita, a docente teve ajuda dos demais discentes para que o estudante subisse e descesse do ônibus, para levá-lo ao banho, calçar sapatos, entre outros aspectos cotidianos. Uma cadeira especial fez falta, mas a experiência relacionada à sua presença foi considerada de grande aprendizado para os presentes! Neste caso, precisamos destacar, os povos da circularidade, como defende o Mestre Nêgo Bispo, um pensador quilombola de nosso tempo, constroem seu processo organizativo na coletividade e as manifestações afro-pindorâmicas “trabalham o indivíduo de forma integrada”. “As atividades são organizadas por fundamentos e princípios filosóficos comunitários que são verdadeiros ensinamentos de vida” (Santos, 2019, p.32). Compreendemos, com tal experiência, que precisamos aprender cada vez mais, com os povos da tradição, suas maneiras de viver, ser e sentir a vida. Nossas instituições estão engessadas em burocracias que nos distanciam deste ser coletivo e expressivo de uma relação de dádivas, de reciprocidades, e não de assistencialismos superficiais.

Considerações finais

Nesse relato de experiência observamos importantes avanços no processo de inclusão do discente do curso de Turismo além da rica experiência para todos da equipe de trabalho, além dos demais envolvidos da comunidade acadêmica próxima. No entanto, ainda que tenhamos desenvolvido diversas ações, muitas barreiras à inclusão permanecem e carecem de enfrentamento da comunidade acadêmica, seus diferentes órgãos e atores no sentido de consolidar os caminhos para a inclusão. Percebemos a importância de ampliação do quadro de servidores do NACI, com especialidades que nos apoiem quanto a tantas demandas que surgem e que não temos formação prévia para as devidas formas de inclusão em atividades de ensino-pesquisa e extensão.

Importante ressaltar que a maioria das pendências se trata de adaptações razoáveis (Brasil, 2015). As pendências junto ao NACI (como gravador, suporte para pés, computador e avaliação neuropsicológica/cognitiva) carecem de acompanhamento e respostas rápidas, dentro das possibilidades, para a permanência do discente na instituição. Há ainda, outras pendências estão relacionadas a outros órgãos da universidade (como a manutenção do elevador) e talvez uma questão maior do transporte para o centro da cidade. E, a demanda pelo trabalho constante de informação e sensibilização da comunidade acadêmica dos direitos da Pessoas/Estudantes/Discentes público da Educação Especial e da responsabilidade de todos/as para a inclusão efetiva.

Há um crescimento da participação de Pessoas/Estudantes/Discentes público da Educação Especial no ensino superior país, a maioria deles interessada em Administração, Direito e na área de Educação (Beltrão, Teixeira, & Simas, 2023). Certamente, a tendência é de mudança da realidade que observamos hoje, com o público da Educação Especial lutando cada vez mais por seus direitos, contribuindo o desenvolvimento de recursos (humanos, materiais, pedagógicos etc.) e abrindo espaços/caminhos/trincheiras para os que virão.

Referências

- Beltrão, K. I., Teixeira, M. O., & Simas, H. S. (2023). Inclusion of students with disabilities in Brazilian tertiary Education. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 31(120), 1-36 <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003104164>
- Brasil (2015). *Lei 13.146 de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Cabral, L. S. A. (2017). Inclusão do público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior brasileiro: Histórico, políticas e práticas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 22(3), 371-387. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v22n3a3826>

- Ferrari, M. A. L. D., & Sekkel, M. C. (2007). Educação inclusiva no ensino superior: Um novo desafio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 636-647. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>
- Golin, M. O., & Gomes, C. O. (2013). Tratamento fisioterapêutico na Paralisia Cerebral Tetraparesia Espástica, segundo conceito Bobath. *Revista Neurociências*, 21(2), 278-285. <https://doi.org/10.34024/rnc.2013.v21.8293>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>
- Martins, J. S. A Exclução Social e a Nova Desigualdade São Paulo: Paulus, 1997.
- Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP) (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.
- Moreira, L. C., Bolsanello, M. A., & Seger, R. G. (2011) Ingresso e permanência na Universidade: Alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, (41), 125-143. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/er/a/RmyQMDhnxLSdSfMw7n6WjzH/abstract/?lang=pt>
- Poker, R. B., Valentim, F. O. D., & Garla, I. A. (2018). Inclusão no ensino superior: A percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional*, (número especial), 127-134 <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010>
- Santos, A. B. (2019). *Colonização, Quilombos: Modos e significações*. 2 ed. Brasília: Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento AYÔ.
- Schmidt, B. G., Gerzson, L. R., & Almeida, C. S. (2020). O uso da eletromiografia de superfície como medida de desfecho da fisioterapia em crianças com Paralisia Cerebral: Uma revisão sistemática. *Journal of Human Growth and Development*, 30(2), 216-226. <https://doi.org/10.7322/jhgd.v30.10368>
- Stevenson, V. L., & Wimalasundera, N. (2016). Cerebral Palsy. *Practical Neurology*, 16(3), 184-194. <https://doi.org/10.1136/practneurol-2015-001184>

O presente relato é fruto da experiência de uma equipe de trabalho multiprofissional mobilizada para promover a inclusão em um curso de Turismo de uma universidade pública entre 2022/1 e 2022/2.

